



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26/2016

INCLUIR O ARTIGO 13-A E ANEXO III NA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2012, DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de criar, definir regras, procedimento e responsabilidade para a atividade de “perfil de assessor” da Defensoria Pública do Estado do Ceará dentro do ambiente virtual e-saj do tribunal de justiça do Estado do Ceará e sistema virtual próprio da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que devem nortear a administração pública (art.37, caput, Constituição Federal);

CONSIDERANDO o convênio Cv nº 63/2010, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE e a Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE, regendo o acesso ao sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais;

CONSIDERANDO o objeto do procedimento nº 16562286-5.

RESOLVE:

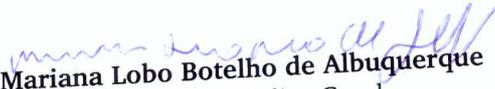
Art. 1º. Incluir o art. 13-A com a seguinte redação:

“art. 13-A - O anexo III é parte integrante desta Instrução Normativa e contém termo de responsabilidade a ser assinado pelas atendentes do Alô Defensoria e pelos Colaboradores do NCA”.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza/CE, 06 de setembro de 2016.


Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Núcleo de Estágio



Termo de Responsabilidade

Eu, _____,
brasileiro(a) _____ (estado civil), _____
(profissão), portador (a) da cédula de identidade nº. _____,
inscrita no CPF nº. _____, residente e domiciliado (a) a
Rua _____, bairro
_____, CEP _____, Cidade de _____, Estado do
Ceará, tel () _____, vínculo institucional
_____, vinculado ao Defensor(a)

Público(a), supervisor/ coordenador do Núcleo _____,
DECLARO para os devidos fins de direito ter ciência sobre o conteúdo do ato
normativo nº04/2012 da Defensoria Pública do Estado do Ceará que cria, define
regras, procedimentos e responsabilidade para atividade de “perfil de assessor” da
Defensoria Pública do Estado do Ceará dentro do ambiente virtual e-saj do
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e sistema virtual próprio da Defensoria
Pública do Estado do Ceará. DECLARO, ainda, ter ciência de que o acesso às
informações ao e-saj se limitarão ao horário de trabalho e na verificação do Juízo
no qual está tramitando o processo vinculado ao assistido que busca a informação
nos Núcleos da Defensoria Pública e/ou no Alô Defensoria (129), podendo prestar
as informações referente a indicação do Defensor (a) Público (a) responsável pelo
acompanhamento do processo, VEDADA, SALVO AUTORIZAÇÃO EXPRESSA, A
INFORMAÇÃO DO ANDAMENTO DO PROCESSO, EM ESPECIAL AOS
PROCESSOS QUE TRAMITAM SOBRE SEGREDO DE JUSTIÇA (FAMÍLIA,
CRIANÇA E ADOLESCENTE etc), sob pena de ser responsabilizado civil e
criminalmente pela prestação de informações em desconforme com o presente
termo.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Assessor

Defensor (a) Público (a)